

Sumário

1. Introdução	1
2 Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado como Dever Fundamental.....	7
2.1 A Dimensão Ecológica da Vida e o Desequilíbrio Causado pela Humanidade.....	9
2.2 O Imaginário Antropocêntrico que Desvincula o Ser Humano da Natureza	18
2.2.1 A reificação jurídica da natureza e dos animais não-humanos.....	22
2.3 [O Fracasso da] Sustentabilidade e o Direito ao Meio Ambiente.....	27
2.3.1 Breve Histórico do Ambientalismo e do Conceito de Desenvolvimento Sustentável.....	34
2.3.2 O Direito ao Meio Ambiente: Princípios Norteadores.....	41
2.4 O Dever Fundamental ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado	48
2.4.1 Meio ambiente como dever fundamental de solidariedade.....	51
2.4.2 Acesso à Informação, Participação Popular e Acesso à Justiça: a Formação do Controle Social como Meio para o Cumprimento do Dever Fundamental ao Meio Ambiente.....	55
2.4.2.1 Conceitos de Controle Social: Breve Apanhado Teórico...	61
3 Educação Ambiental como Fator para Realização do Dever Fundamental de Proteção ao Meio Ambiente	65
3.1 Breve Evolução Histórica da Educação Ambiental	67

3.1.1 Breves Relatos Sobre a Evolução Internacional da Educação Ambiental.....	69
2.1.1. A evolução da educação ambiental no Brasil.....	84
3.2 Pensamento Sistêmico: a Conexão entre Educação, Cidadania e Meio Ambiente.....	88
3.2.1 Educar para o Exercício da Cidadania Ambiental	91
3.2.2 A Educação Ambiental como Fator para Realização do Dever Fundamental de Proteção ao Meio Ambiente	94
3.3 A Educação e o Pensamento Complexo	99
3.4 Pedagogia e Sustentabilidade: Educação Ambiental como Política Pública no Brasil	103
3.4.1 Controle Social no Brasil, a Partir da CF/88	105
3.4.2 A Educação Ambiental a Partir da CF/88.....	110
4 A Educação Ambiental e o Controle Social como Instrumentos para a Implementação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico no Município de Balneário Camboriú	117
4.1 Sistema do Direito Ambiental	120
4.2 Educação Ambiental e Controle Social no Âmbito da Política Nacional do Meio Ambiente, Instituída pela Lei Nº 6.938/1981	122
4.3 Contribuições do Código Estadual do Meio Ambiente, Instituído pela Lei Nº 14.675/2009, à Educação Ambiental e ao Controle Social Participativo	128
4.4 Principais Aspectos da Política Nacional de Educação Ambiental, Instituída pela Lei Nº 9.795/1999	133
4.5 A Política Estadual de Educação Ambiental de Santa Catarina em sua Relação com o Controle Social, Instituída pela Lei 13.558/2005	138

4.6 A Política Municipal de Educação Ambiental de Balneário Camboriú, Instituída pela Lei Nº 2.884/2008 e o Programa Terra Limpa de Educação Ambiental.....	141
4.7 Educação Ambiental e Controle Social na Política Federal de Saneamento	146
4.8 A Política Estadual de Saneamento: Direito à Informação, à Educação Ambiental e o Direito-Dever de Controle Social.....	157
4.9 A Educação Ambiental e o Controle Social na Política Municipal de Saneamento Básico de Balneário Camboriú.....	161
4.10 Ferramentas de Educação Ambiental e Controle Social no Plano Municipal de Saneamento Básico de Balneário Camboriú	166
4.11 A Formação do Controle Social, a Partir da Educação Ambiental, na Implementação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico da Cidade de Balneário Camboriú/SC.....	173
5 Considerações Finais.....	189
Referências.....	201